

KAMAH

Line

6^a
ED.



K*
ZINE

MATERIAL GRATUITO
* EDUCAÇÃO SOBRE CANNABIS *

**A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE PARA
UMA NOVA POLÍTICA DE DROGAS**

20K UNI. * 6^a EDIÇÃO * 14/07/24 * BRASIL

CRÉDITOS

FOTOGRAFIA

Nívea Seríbeli

DESIGN

Pedro Klein

ENTREVISTADOS

Diva Sativa
Renato Filev

REVISÃO

Viviane Tais

AUTORES

Bruna Imani
Michel Marques
Tarik Bsaibes

PLANEJAMENTO EDITORIAL

Diva Sativa
Tarik Bsaibes

AGRADECIMENTOS

APOIADORES

Accura, Cannabiz, Kanna Coin e Moments Tabaco.

PATROCINADORES

Associação de Cannabis Medicinal TH.Ser, Cannabiz, Casa 93, Centro de Convivência É de Lei, Editora Vista Chinesa, ExpoCannabis Brasil, Florescência Cannabis, Fórum Intersetorial sobre Drogas e Direitos Humanos, Girl Seeds Social Club, Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas, Kanna Coin, Nave Nevoa WeedShop, Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, PLEASEHEMPME, Seyva Tech, Squadafum e Terra Cannabis Medicinal.

MENÇÕES HONROSAS

Ana Claudia Lino, Ateliê do Bixiga, Bar Sol y Sombra, Beatriz Oliveira, Carol Pereira, Drika Coelho, Gabriel Polito, Gilberto Castro, Helen Sampaio, Janaina Rubio, Karen Di, Kauany Rodrigues, Maria Eduarda Ramos, Michael Dantas, Michelle Kaloussieh, Nathália Oliveira, Poseidon 420 Maconheiro, Rafael Carvalho, Sinapse Social, Vinícius Pavarini, Willian Sartori e Yago Rosa.

ESTE MATERIAL GRATUITO COM INFORMAÇÕES CERTIFICADAS CHEGOU EM SUAS MÃOS COM A AJUDA DE MUITA GENTE. VALORIZE QUEM FAZ ISSO ACONTECER.

a6-zine

“A Constituição Federal de 1988 garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal – é o chamado controle social.

A visão da participação social prevista na Constituição Federal parte do pressuposto de que o Estado brasileiro reconhece que a participação social contribui, ao mesmo tempo, para a construção da democracia, o fortalecimento da cidadania e a melhoria do desempenho da Administração Pública.”

O trecho acima foi retirado do portal oficial do governo federal, o Gov.br, publicado em março de 2021, em um artigo que fala sobre participação social.

Para facilitar o entendimento, desde 1988, ano da publicação da Constituição Federal, texto-base que organiza o Estado brasileiro e determina os direitos e deveres dos cidadãos, todos nós temos a garantia de participar e influenciar na formação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Isso inclui ações do governo relacionadas à saúde, educação e tantas outras áreas que influenciam nossa vida.

A participação social, tema da 6ª Kamah Zine, busca atender um anseio da própria população por integrar processos de tomadas de decisão levando diretamente ao governo suas demandas¹.

Com isso em vista, esta edição da revista tem como objetivo abordar como a atuação de pessoas e organizações da sociedade civil impactaram e podem impactar ainda mais na mudança de políticas relacionadas à maconha e drogas no geral, que hoje se mostram ineficientes e com amplos impactos negativos, como será demonstrado mais à frente.

A Kamah Zine é uma revista gratuita feita pela Kamah que conta com o apoio de muita gente para chegar até você. Aproveite a viagem e boa leitura.

¹ SIMOES, Gabriel Lima; SIMOES, Janaina Machado. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, v. 25, 2015.

Drogas - Uma Questão de Política Pública

Substâncias alteradoras de consciência estão inseridas na sociedade de diferentes maneiras. Ações coordenadas entre governo e sociedade civil são necessárias para maior assertividade nesta agenda.

Política pública pode ser definida como um conjunto de processos, dentre eles ações, programas e iniciativas, criadas e implementadas pelo governo ou instituições governamentais no âmbito municipal, estadual ou nacional, para assegurar direitos da população que estão previstos na nossa Constituição Federal.

Apesar de não haver consenso na literatura especializada no tema, tornando arbitrária qualquer definição sobre política pública¹, nos dias de hoje a atividade do Estado estende-se para práticas com finalidade sociais².

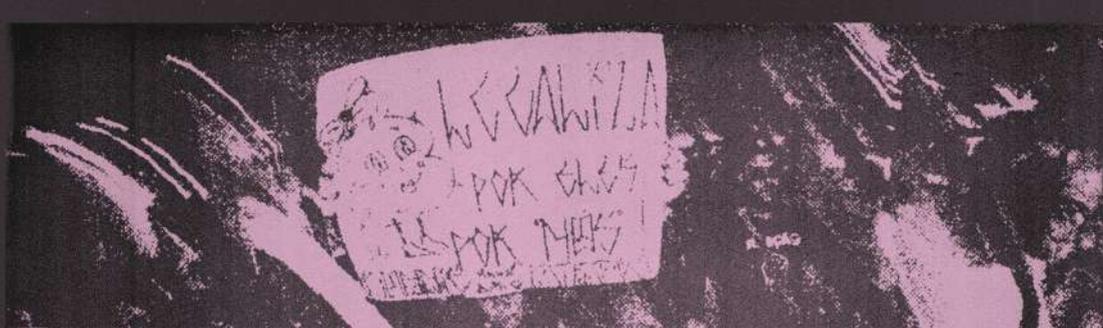
Logo, é possível pensar que tudo aquilo que nos é entregue ou até idealizado pelo Estado na área da saúde, segurança, saneamento e afins, faz parte do conceito de políticas públicas, sendo que este se refere a um conjunto de decisões e não a uma decisão isolada³, que devem ser feitas pelo princípio da interdisciplinaridade.

Contextualizando a partir da história, o uso de substâncias alteradoras de consciência não é algo recente em nossa sociedade. O conhecimento em relação a substâncias psicoativas surgiu de experiências com a flora desde os povos pré-históricos que buscavam nela não somente alimentos, como também efeitos úteis no combate à dor, no aumento do estímulo para as atividades e na obtenção de estados de êxtase que se tornaram manifestações do sagrado⁴.

Dado que o uso de drogas é prática comum, independentemente de sua finalidade, desde os tempos mais remotos, o Estado Moderno procura lidar com a questão do abuso do álcool e de outras drogas a partir do século XX através de ações amparadas na lei, ou seja, por meio de políticas públicas que inicialmente construíram seus discursos em dispositivos de criminalização e medicalização, nos quais o usuário de droga é tratado como responsabilidade do sistema judiciário ou como alvo de internações compulsórias, por meio da psiquiatrização do abuso⁵.

Associação
Maconha

MACONHA É LEGAL, NO SUS E NO QUINTAL



Trazendo para um contexto atual, de 2000 a 2016 o Brasil seguiu formulando abordagens de políticas sobre drogas como no século anterior, ora a partir da perspectiva da saúde, ora da justiça e segurança pública ⁶, utilizando a opressão e o proibicionismo, que são medidas de proibição a determinados produtos, substâncias e atividades, como bases para tentar obter sucesso no combate ao seu consumo e distribuição.

Contudo, os resultados dessa escolha política e seus desdobramentos causaram problemas ainda maiores do que aqueles que buscavam solucionar. Para além do impacto do proibicionismo na perspectiva da segurança e outras áreas que serão exploradas mais a frente nesta revista, as formas atuais de regulamentação da produção, comércio e uso de substâncias psicoativas no Brasil, denominadas políticas sobre drogas, impactam negativamente em indicadores do campo da saúde coletiva⁷, área esta que mais se relaciona com a questão.

Partindo do princípio de que o debate às drogas se relaciona diretamente ao debate da saúde coletiva, podemos concluir que a política proibicionista empregada atualmente é um paradigma que apesar de responder aos anseios morais de uma sociedade conservadora em relação às drogas, confronta valores e direitos desta mesma sociedade ao produzir danos à saúde gerados em nome de sua proteção⁷.

Diante do exposto, pode-se concluir que o fenômeno das drogas não é algo recente, assim como ações relacionadas a ele não são exclusivas do nosso tempo. Desde a formação dos Estados Modernos existe a busca por resolver anseios da sociedade através de iniciativas coordenadas as quais as drogas também são contempladas, as chamadas políticas públicas.

Contudo, apesar da experiência atual ser duradoura o suficiente para utilizarmos da ciência a fim de obter melhores resultados, todo o tabu, interesses e conservadorismo que giram em torno da questão nos afastam de debates que promovam a elaboração de políticas públicas adequadas para mitigar os danos e explorar potenciais das drogas para nossa sociedade.

Referências Bibliográficas:

- ¹ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, com práticas. São Paulo. Sengage Learning, 2010.
- ² DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, p. 131-142, 2006.
- ³ LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. Revista Interface (Porto Nacional), n. 05, 2012.
- ⁴ CARNEIRO, Henrique et al. O uso de drogas na sociedade. 2014.
- ⁵ SANTOS, Jessica Adrielle Teixeira; DE OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. Saúde & Transformação Social/Health & Social Change, v. 4, n. 1, p. 82-89, 2013.
- ⁶ TEIXEIRA, Mirna Barros et al. Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 1455-1466, 2017.
- ⁷ GOMES-MEDEIROS, Débora et al. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00242618, 2019.

Agenda Brasileira de Política de Drogas



PLATAFORMA BRASILEIRA
DE POLÍTICA DE DROGAS

Documento lançado em Brasília no mês de maio defende como política pública de Estado a regulamentação de todas as substâncias atualmente consideradas ilícitas.

Foi lançada no dia 22 de maio, na Câmara dos Deputados em Brasília, a Agenda Brasileira de Política de Drogas, documento elaborado pelas organizações integrantes da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) a partir da escuta e do diálogo com diversos segmentos da sociedade.

A Agenda propõe uma abordagem racional e essencial para lidar com a questão das drogas no Brasil, objetivando a possível redução do superencarceramento e dos índices de homicídio das populações mais afetadas pela política de guerra às drogas — ou seja, as populações negra, jovem, pobre, moradoras de periferia, além de indígenas e ribeirinhos.

A produção do documento ouviu usuários de substâncias psicoativas, ativistas, pesquisadores e membros de Organizações da Sociedade Civil atuantes no campo de drogas, direitos humanos, saúde, segurança pública e justiça criminal durante o período de 2022 e 2023.

Dessa forma, foram colhidas as bases para definir e sugerir medidas essenciais no intuito de aprimorar a abordagem das políticas de drogas no Brasil, sob uma perspectiva feminista, antiproibicionista, antirracista e antipunitivista.

A Agenda abarca nove eixos principais: Institucionalidade e Participação Social; Cuidado; Redução de Homicídios e Encarceramento; Articulação Internacional; Regulação de Substâncias Psicoativas;

Pesquisa e Formação; LGBTQIAPN+; Mulheridades de Dissidências, além de apresentar ainda seção para a formulação de uma proposta que atenda a relação entre Política de Drogas e Justiça Socioambiental.

Para Helena Fonseca Rodrigues, psicóloga e coordenadora de gestão e governança da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, o lançamento da Agenda é um divisor de águas na discussão do tema. “A sociedade civil tem destacado os graves problemas da política de drogas no Brasil, contudo, enfrenta resistência tanto dos governos quanto da opinião pública. Nesse cenário, a agenda apresenta propostas concretas e participativas, visando superar políticas inefazes e reativas, com um enfoque prático na abordagem das raízes estruturais do problema”.

Escaneie o código e confira o documento na íntegra.



Confira o minidocumentário “Caravana Nacional do Conhecimento sobre Política de Drogas” que registrou o processo de feitura da agenda!



Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas do Estado de São Paulo:

SOBRE A AUTORA



Bruna Imani, mulher negra, periférica e moradora da zona norte de São Paulo, traz consigo uma história de engajamento e luta, promovendo ações culturais no distrito da Brasilândia com o coletivo Sarau no

Kintal e atuando como Advocacy na Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas, organização voltada para direitos, reparação e justiça para pessoas negras, conectando essas lutas à política de drogas atual.

ATUAÇÃO E OBJETIVOS DA INICIATIVA NEGRA

A Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas tem como missão principal a construção de uma agenda de justiça racial e econômica, promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na política de drogas sob uma perspectiva racial. Para a organização, a atual política de combate às drogas é vista como a principal justificativa política para a opressão e genocídio da população negra no Brasil.

DETALHES SOBRE O FÓRUM:

O Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas do Estado de São Paulo, foi construído com o intuito de monitorar e articular questões relacionadas à segurança pública e política de drogas no estado. O espaço é composto por organizações da sociedade civil, grupos de pesquisa, espaços de controle do executivo, movimentos sociais e parlamentares, com o objetivo de combater a escalada conservadora e retrocessos nessas áreas, por meio do acúmulo de dados e discussões que incentivem debates públicos e ações políticas efetivas. Iniciado em maio deste ano, é um espaço aberto para a participação de todos interessados em contribuir.

PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM:

Pessoas e organizações interessadas podem se juntar a essa rede democrática e participativa, na qual membros da comunidade colaboram para promover uma sociedade mais justa, segura e para a construção de políticas mais inclusivas e eficazes em relação à segurança pública e política de drogas.

ACOMPANHE NOVIDADES DO FÓRUM ESCANEANDO O QR CODE



PEC 45 NÃO!

A PEC45 É UMA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, OU SEJA, UMA PROPOSTA QUE PODE SER APRESENTADA TANTO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUANTO POR 1/3 DOS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES, TENDO COMO OBJETIVO MODIFICAR UMA PARTE ESPECÍFICA DA CONSTITUIÇÃO.

ESTA PEC É DE AUTORIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, RODRIGO PACHECO, E ESTIPULA COMO CRIME O PORTE DE QUALQUER QUANTIDADE DE DROGAS ILÍCITAS, COMO A MACONHA.



FLORESCÊNCIA
CANNABIS MEDICINAL



A FLORESCÊNCIA CANNABIS MEDICINAL É CONTRA A PEC45, QUE PODE AGRAVAR AINDA MAIS O CENÁRIO ATUAL DA GUERRA ÀS DROGAS, AUMENTANDO O NÚMERO DE ENCARCERAMENTO, ASSASSINATOS DE INOCENTES E AGENTES DA LEI, ALICIAMENTO DE PESSOAS PARA O CRIME ORGANIZADO E DOS GASTOS PÚBLICOS RELACIONADOS À SEGURANÇA E SAÚDE, ENTRE OUTROS.

É POR ISSO QUE NÓS PEDIMOS A SUA AJUDA PARA FREAR ESSE RETROCESSO, ATRAVÉS DO APOIO A MOBILIZAÇÃO DAS ENTIDADES ANTIPROIBICIONISTAS DE TODO O BRASIL, QUE ESTÃO COORDENANDO O MOVIMENTO #USUÁRIO NÃO É CRIMINOSO, PARA BARRAR A PEC E AS IDEIAS PROPAGADAS PELA MESMA.

SAIBA MAIS COMO ESTE PROJETO, QUE ESTÁ PRESTES A SER APROVADO, PODE IMPACTAR NA SUA VIDA, APONTANDO A CÂMERA DO CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO.




FLORESCÊNCIA
CANNABIS MEDICINAL

DROGAS: UM PARADOXO A SER TRATADO

Atual política de drogas produz danos à vida e não apresenta resultados que corroborem para a sua manutenção. Participação da sociedade pode provocar mudanças já feitas em outros países.

Este texto editorial, produzido pela Kamah para a 6ª edição da KamahZine, tem como objetivo expressar a opinião da organização em relação a política de drogas atual e suas consequências através de dados obtidos em pesquisas, assim como discutir a participação da sociedade em transformações regulatórias e culturais para lidar com a questão a partir de uma nova perspectiva.

História Antiga

O consumo de plantas psicoativas remonta a tempos ancestrais da humanidade. Tema polêmico atualmente, o assunto drogas é corriqueiro em nossa história. Foi só a partir da proibição em larga escala em países do ocidente que algumas substâncias passaram a ocupar o plano da marginalidade, no qual a natureza farmacológica delas foi aos poucos se misturando com os valores sociais, culturais e morais de cada sociedade, que por sua vez, vêm determinando o relacionamento entre seres humanos e as drogas ¹.

Os registros históricos não mentem. Uma série de espécies de plantas de substâncias hoje consideradas ilícitas, foram cultivadas, utilizadas e consumidas por diferentes civilizações ao longo dos séculos. No Egito antigo o ópio, a cerveja e a maconha tinham finalidades terapêuticas e recreativas. Na Índia a maconha era utilizada para fins ritualísticos, enquanto na China para finalidades industriais. No continente americano os maias e astecas, por exemplo, utilizavam plantas alucinógenas para rituais de êxtase e purificação ¹.



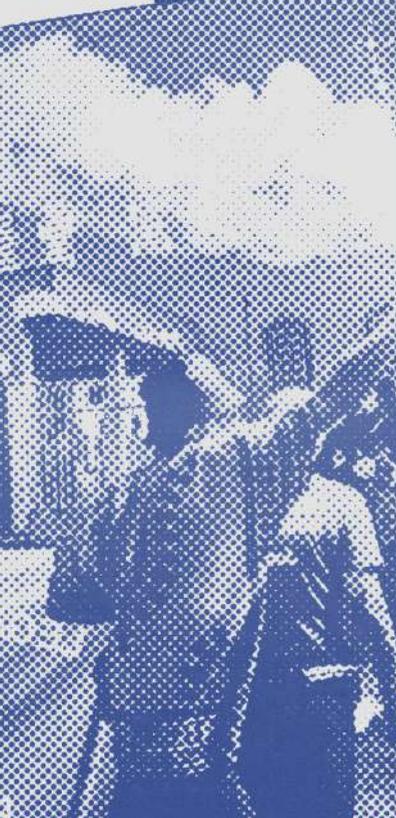
KAMAH

Mas foi a só a partir da época moderna, período entre 1453 a 1789, que diversas drogas regionais oriundas das Américas e Ásia se tornaram disponíveis no comércio internacional e nos principais centros mercantis europeus, como o álcool, ópio e tabaco ², se tornando parte do hábito das sociedades junto de estimulantes como café, chá, açúcar e cacau.

O consumo em larga escala solidificou o comércio destes produtos que passou a ser um dos mais relevantes, e seu controle alvo de disputa entre grandes potências, fazendo com que as drogas também fossem utilizadas ao longo do tempo como mecanismo de intervenção política e econômica em contextos nacionais e internacionais. A Inglaterra, por exemplo, figurava como a nação mais desenvolvida economicamente da Europa quando declarou guerra à China em 1839 e 1857 após o país aplicar restrições ao comércio do ópio feito pelos ingleses.

¹ ARAÚJO, Marcelo Ribeiro; MOREIRA, Fernanda Gonçalves. Histórias das drogas. Silveira DX, Moreira FG, organizadores. Panorama atual de drogas e dependências. São Paulo: Editora Atheneu, p. 9-14, 2006.

PROIBICIONISMO
POR UMA QUESTÃO DE
DIVERSIDADE



A Construção da Proibição

Desde sua gênese a proibição das drogas teve motivações econômicas e políticas, sobrepostos aos da saúde pública³. O proibicionismo, doutrina ou prática que defende medidas de proibição pelo Estado de certos produtos ou atividades, como uma atitude de interdição, rejeição e estigmatização moral de certas substâncias ocorreu em muitos países europeus como uma reação a chegada das novas drogas exóticas que se expandiram no continente a partir do século 16 e 17².

Por outro lado, tratados internacionais realizados no século 20 redefiniram a relação entre Estados modernos e as drogas em escala global pela primeira vez. O principal deles ocorreu em 1961, quando a Convenção Única de Entorpecentes foi aprovada no âmbito das Nações Unidas (ONU) estabelecendo um amplo sistema internacional para controlar o uso e o tráfico de drogas⁴.

Este processo, liderado pelos Estados Unidos da América, fez com que a política de drogas internacional se tornasse determinante para a influência estadunidense em alguns países, especialmente os da América Latina⁴, que seguiram o modelo baseado na opressão e combate às drogas em detrimento da educação e acolhimento.

Para obter apoio da opinião pública, o país norte-americano promoveu forte propaganda antidrogas que retratavam pessoas sob efeito de maconha, por exemplo, com comportamentos animalizados e capazes de cometer crimes bárbaros. A mídia e alguns pesquisadores também tiveram papel fundamental na instauração do medo em relação a determinadas drogas que justificassem sua proibição, ao divulgarem notícias falsas e estudos sem fundamentos científicos.

Desse modo, com o objetivo de aumentar o controle social, principalmente em populações e territórios de minorias em solo estadunidense, a campanha antidrogas não foi feita com bases científicas e foi direcionada para etnias específicas como negros, indígenas, latinos e asiáticos. Junto a isso, interesses econômicos de indústrias concorrentes a do cânhamo, como a petroquímica e a têxtil, que viam seus lucros ameaçados com a exploração do mercado da planta da maconha com finalidades industriais, foram fatores determinantes para a proibição de algumas substâncias e regulação de outras.

³ CARNEIRO, Henrique. *Drogas: a história do proibicionismo*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

⁴ FERNANDES, Vagner R.; FUZINATTO, Aline M. *Drogas: Proibição, criminalização da pobreza e mídia*. In: *Anais do Congresso Internacional de Direitos e Contemporaneidade: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede*. 2012. p. 1-11.

⁵ LIPPI, Camila Soares. *A política externa norte-americana para a criminalização do tráfico de drogas pelo TPI*. Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010.

O Brasil e as Drogas

Ao longo de sua história o Brasil exerceu diversas abordagens em relação a regulamentação e a política de diferentes substâncias. O plantio de maconha, por exemplo, hoje proibido, já foi incentivado por aqui pelo Império Português em meados do século XVIII, que buscava alternativas para a confecção de tecidos, velas e cordoarias⁵.

Entretanto, desde os anos 30, o Brasil formula seu sistema de políticas públicas sobre drogas influenciado pelas diretrizes estadunidenses. Mesmo com tantas transformações ao redor do mundo, especialmente na última década, a Lei de Drogas vigente hoje foi publicada no ano de 2006 e tem como principal crítica o artigo 28, que despenaliza o porte de drogas para consumo pessoal, mas carece de critérios objetivos para a sua classificação.

Desse modo, cabe a autoridade policial e ao juiz a distinção, muitas vezes subjetiva, entre a posse para consumo pessoal e para a finalidade comercial, classificada como tráfico e passível de pena privativa de liberdade. Como resultado, enquanto a população carcerária aumentou 204,55% entre 2006 e 2021, segundo dados divulgados pelo INFOPEN e o Anuário Brasileiro de Segurança pública, o total que responde a crimes relacionados ao tráfico de drogas cresceu 462,21%.

Para além do aumento desproporcional de condenados relacionados a Lei de Drogas, os quais segundo o IPEA, no ano de 2022, apenas 13% tinham envolvimento com facções criminosas⁶, tal subjetividade também tende a potencializar o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e em suas instituições.

A título de exemplo, no ano de 2017 um estudo da Agência Pública com dados obtidos do Tribunal de Justiça de São Paulo revelou que a mediana da quantidade apreendida com pessoas que portavam exclusivamente maconha e foram condenadas por tráfico de drogas foi de 482,40 gramas para pessoas brancas, enquanto pessoas negras responderam pelo mesmo delito portando uma quantidade 3,5 vezes menor - 136,5 gramas.

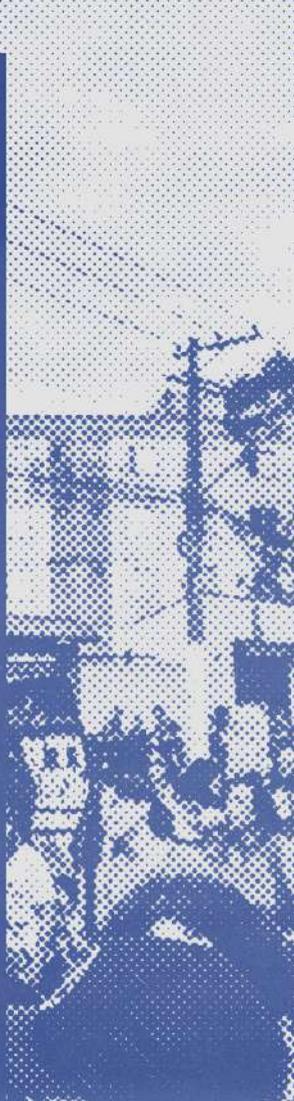
Ainda no recorte de 2017, um estudo publicado em 2023 pelo IPEA demonstra como a questão afeta a sociedade brasileira como um todo. Isso porque neste período 34% dos assassinatos registrados no país estavam relacionados a questão das drogas e que tais homicídios reduziram a expectativa de vida no país em 4,2 meses. No âmbito econômico, cada cidadão pagou cerca de R\$269,51 para a manutenção desta política, que exigiu 50 bilhões de reais dos cofres públicos, cerca de 1% do PIB⁷.

Assim, na edição de 2024, o Atlas da Violência publicado pelo IPEA conclui: 'A política de proibicionismo e de guerra às drogas, além de ser totalmente ineficaz para fazer diminuir a prevalência dessas substâncias, gera custos sociais e econômicos vultosos. E não apenas em termos de gastos estatais inúteis e de vidas perdidas, mas também por ser um elemento dinamizador da violência e do esgarçamento das condições de segurança pública, via encarceramento em massa que propicia o nascimento e fortalecimento de facções criminais, e o financiamento para garantir a sustentabilidade do negócio, com a compra de armas e a corrupção de policiais e servidores públicos. Se muitas autoridades no campo da segurança pública estiverem corretas, para cada pessoa morta por overdose de drogas ilícitas 22 pessoas são assassinadas, em vista do proibicionismo.'

⁵ SAAD, Luísa Gonçalves. "Fumo de negro": a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). 2013.

⁶ Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas, IPEA, 2022, disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12376/1/RI_Pperfil_producao_provas.pdf

⁷ CUSTO DE BEM-ESTAR SOCIAL DOS HOMICÍDIOS RELACIONADOS AO PROIBICIONISMO DAS DROGAS NO BRASIL, IPEA, 2024, disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12132/4/T-D_2985_web.pdf



O Paradoxo das Drogas

Muitos aspectos da degeneração da situação social que vivenciamos atualmente relacionam-se direta ou indiretamente a regulamentação das drogas na sociedade contemporânea e suas consequências, como o aumento da violência urbana, do número de encarcerados e das forças militares envolvidas com as drogas⁸.

Não é preciso muito para constatar que o modelo outrora adotado não resolveu a questão do consumo e comercialização de drogas, muito menos protegeu a saúde dos usuários e a segurança da população no geral.

A irracionalidade da proibição de certas substâncias, assim como classificação destas como lícitas e ilícitas baseada na defesa da saúde pública, se confirma ainda mais quando se compara os números de mortes relacionados ao uso de drogas. Enquanto o álcool esteve associado a morte de 69 mil pessoas no ano de 2021 e o cigarro a 161 mil óbitos em 2020, segundo dados do Ministério da Saúde e Instituto Nacional do Câncer, respectivamente, o IPEA estima que o número somado de mortes associadas ao proibicionismo e ao uso de todas as drogas ilícitas chegou a 34 mil em 2022.

Nesse sentido, a partir da criação das políticas internacionais proibicionistas, a questão das drogas se tornou um paradoxo global, acentuado ainda mais em território brasileiro. Isso porque no imaginário popular a principal justificativa para o status atual da regulamentação das drogas e suas consequentes políticas públicas se baseia na defesa da saúde e segurança. Contudo, conforme exposto ao longo deste editorial, o proibicionismo se mostrou uma abordagem ineficiente, não justificável pela ciência, que aprofundou problemas já existentes e produziu novos que impactam toda a vida em sociedade.

Novos Caminhos

Mais de 60 anos após a Convenção de 1961 realizada na ONU, a abordagem em relação ao tema está mudando. Cada vez mais, pesquisas são publicadas reabrindo espaço para a utilização terapêutica e social de substâncias como a maconha, cogumelos e MDMA, por exemplo, além de estudos que demonstram a ineficiência e o impacto negativo da guerra às drogas ao redor do mundo.

Assim, novos caminhos estão sendo traçados em diferentes países, que readequaram suas políticas em relação às drogas, lícitas e ilícitas, como um tema de saúde pública ao invés da segurança. Para isso ser possível, a pressão da sociedade na direção de mudanças foi fundamental na figura de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e relatos de usuários.

Por outro lado, o Congresso brasileiro está na contramão deste processo. Enquanto o STF descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal após 9 anos de julgamento e sugeriu provisoriamente a quantidade de 40 gramas para caracterizá-lo, as casas legislativas, Senado e Câmara, estão discutindo um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 45/2023) que visa criminalizar a posse de qualquer quantidade de ilícitos e já sinalizaram que tentarão derrubar a decisão do Supremo.

Mas apesar da onda reacionária e anticientífica que assola e divide o país, a disputa no campo ideológico está sendo feita nos bastidores e nas ruas. Mesmo com o empobrecimento do debate no campo público, acompanhamos cada vez mais notícias e posicionamentos favoráveis a novos rumos, assim como o fortalecimento e surgimento de organizações antiproibicionistas, ambos fundamentais para a criação de um horizonte no qual a relação entre sociedade, Estado e drogas seja conduzida de outra maneira.

Diante do exposto, a Kamah acredita que mudanças na política de drogas no Brasil são urgentes e podem ser o ponto de partida para a resolução de contradições por ela criada na economia, saúde e segurança pública, com a sociedade exercendo o protagonismo para tal, através da organização e participação social.

⁸ CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. Revista Outubro, v. 6, n. 6, p. 115-128, 2002.

DESMISTIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO:

111
centoeonze



O PAPEL DA COMUNICAÇÃO SOBRE A CANNABIS MEDICINAL

CENTOEONZE - PRODUTORA DE COMUNICAÇÃO E AUDIOVISUAL.

Especialistas no setor de cannabis medicinal, criamos e fortalecemos uma estrutura de comunicação para profissionais da área. Utilizamos estratégias criativas e inovadoras, consolidando a presença online e offline de nossos clientes, promovendo a conscientização e aceitação da cannabis no mercado brasileiro.

O cenário da cannabis no Brasil é promissor, mas enfrenta desafios devido ao estigma e a desinformação. No entanto, há uma crescente abertura e interesse da população e do mercado. Lidamos com desafios regulatórios entendendo as normas específicas de cada canal e as legislações atuais, com campanhas que respeitam as diretrizes, garantindo que nossa mensagem seja transmitida de forma eficaz.

Para a PLEASEHEMPME, empresa que simplifica e desmistifica o acesso à cannabis medicinal e auxilia no processo de autorização e suporte para importação de produtos, criamos elementos visuais exclusivos, website, catálogo e conteúdos que educam e inspiram, conectando médicos, pacientes, advogados e empresas.



Sugerimos que os profissionais do setor construam uma presença digital autêntica e transparente, focada na educação. É crucial compartilhar informações precisas, histórias reais e se envolver ativamente. A consistência constrói confiança.

Nós da 111 atuamos em todo o universo da comunicação, com a criação de marca e identidade visual, gestão de mídias sociais e tráfego, desenvolvimento de websites e e-mail marketing. No audiovisual atuamos com fotografia, produção e edição de vídeos, captação e cobertura de eventos. Nosso foco é fornecer soluções completas que impulsionem nossos clientes a alcançar seus objetivos de forma impactante. Nos unimos porque acreditamos em sonhos: queremos inspirar e ajudar pessoas a tornarem os seus realidade.



@111.centoeonze



@pleasehempmebr



CANNABIS MEDICINAL

A história da cannabis medicinal brasileira, **escrita por brasileiros.**

@filipegrimaldi
e @thser.associacao

TH.SER



A história percebida **depende do ângulo** que você observa e do viés de quem está narrando.

Podemos ver na cannabis **um medicamento** que se regulado pode melhorar a economia de um país, **ou uma droga perigosa** como “porta de entrada” para o vício.



cannabis from another angle

E você qual história quer ajudar a contar?

Saiba mais em:
www.kannacoin.io



CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES PARA REGULAR O MERCADO
e ajude a impulsionar o cultivo sustentável de cannabis

15,16 e 17
NOVEMBRO
SÃO PAULO EXPO

EXPO CANNABIS
BRASIL 2ª EDIÇÃO
NORMALIZANDO OS MÚLTIPLOS USOS DA PLANTA



GARANTA SEU PASSAPORTE PELA METADE DO PREÇO

Doe 1 quilo de alimento não perecível, economize no valor do ingresso e ajude no combate à fome no país.

USE O CÓDIGO



kamah10

GARANTA MAIS
10% OFF



kamah

Todos os alimentos arrecadados no ingresso solidário serão direcionados ao nosso parceiro **Ação da Cidadania**.

DOADOS 2023

11 TONELADAS META 2024
25 TONELADAS



REALIZAÇÃO:



BILHETERIA:



MASTER



OURO



PRATA



BRONZE



APOIO INSTITUCIONAL



HOSPEDAGEM





EDITORA

VISTA CHINESA

CAÇA-PALAVRAS CANÁBICO!

NESSA EDIÇÃO DO KAMAHZINE LEMBRAMOS COMO É GOSTOSO APRENDER SOBRE UM ASSUNTO NOVO DE FORMA TRADICIONAL: COM CANETA E PAPEL.

A	X	Q	I	C	B	D	V	Y	W	E	P	Q	X
H	B	I	I	M	L	B	M	Y	S	H	K	F	C
R	K	S	B	E	P	T	A	K	E	O	L	E	O
B	T	Q	T	D	N	H	C	A	D	Y	T	W	R
R	S	U	G	I	T	C	O	R	A	C	Y	R	E
I	B	E	W	C	O	I	N	T	X	A	I	N	K
S	V	I	R	I	I	S	H	K	L	N	E	I	J
A	C	R	S	N	K	H	A	C	K	N	U	N	S
D	Y	O	Q	A	M	A	Y	N	B	A	J	L	L
E	Q	F	L	L	I	X	X	F	O	B	L	I	A
I	J	M	W	D	D	I	O	U	N	I	R	Y	R
R	B	Z	K	N	Y	X	K	J	G	S	B	A	I
O	D	A	B	A	U	E	S	V	T	E	K	V	C
K	M	B	E	H	C	Â	N	H	A	M	O	G	A

GABARITO

DAB - ISQUEIRO - MACONHA - OLEO - THC
BONG - CANNABIS - CÂNHAMO - HAXIXE - LARICA - MEDICINAL - SED - BRISADEIRO - CBD

APRENDA SOBRE A CANNABIS LENDO OS LIVROS DA EDITORA VISTA CHINESA! ESCANEIE O QR CODE AO LADO E VEJA NOSSO CATÁLOGO.



PRIMAVERA VERDE:

PRESENTE HÁ ALGUM TEMPO NO BRASIL, O ATIVISMO RELACIONADO A POLÍTICA DE DROGAS PODE SER CAPAZ DE PROMOVER TRANSFORMAÇÕES PARA NOSSO PAÍS E SOCIEDADE.

ATIVISMO E MANIFESTAÇÕES

A PRÁTICA DO ATIVISMO PODE OU NÃO ESTAR INSERIDA EM CONTEXTO DE MANIFESTAÇÕES EM GRUPO. NO CASO DAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS, ELAS SE DIVIDEM EM QUATRO FORMAS DE EXPRESSÃO:

MANIFESTAÇÕES DE AMPLA CIDADANIA;
MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS;
MANIFESTAÇÕES-BLOQUEIO;
AÇÕES MANIFESTO SOCIOCULTURAL;

AS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, OBJETO DE ESTUDO DESTES TEXTOS, SE CARACTERIZAM POR BUSCAR VISIBILIDADE PÚBLICA DE SUAS PAUTAS ESPECÍFICAS ATRAVÉS DAS MARCHAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS REPETIDAS DE FORMA OCASIONAL OU REGULARMENTE, VINCULADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS OU À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA¹.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

DIANTE DE CONFLITOS QUE OCORRERAM NO ZIMBÁBUE EM 2002 COM OPOSITORES DO GOVERNO DITADOR DE ROBERT MUGABE, O JORNAL LOCAL HARARE DAILY NEWS PUBLICOU UM EDITORIAL COM UMA INTERESSANTE DEFINIÇÃO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS: SÃO ORGANIZAÇÕES INCLUSIVAS COMPOSTAS POR VÁRIOS GRUPOS DE INTERESSES DA SOCIEDADE, COMO MULHERES, TRABALHADORES, JOVENS E INTELLECTUAIS, OS QUAIS SERÃO ARTICULADOS EM TORNO DE UMA INSATISFAÇÃO QUE, NA MAIORIA DOS CASOS, SERÁ A PERCEPÇÃO COMUM DA FALTA DE DEMOCRACIA EM UM CONTEXTO POLÍTICO ESPECÍFICO.

MOBILIZADOS EM TORNO DE DETERMINADAS PAUTAS, OS MOVIMENTOS SOCIAIS POSSUEM IDENTIDADE PRÓPRIA E FUNDAMENTAM-SE EM UM PROJETO DE VIDA E SOCIEDADE, CONTRIBUINDO PARA SUA ORGANIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AO APRESENTAR UM CONJUNTO DE DEMANDAS EXPOSTAS VIA PRÁTICAS DE PRESSÃO OU DE MOBILIZAÇÃO².

ENTRETANTO, TRATANDO-SE DE INSTITUIÇÕES INVENTADAS, MOVIMENTOS SOCIAIS PODEM DESAPARECER OU SOFRER MUTAÇÃO PARA UMA FORMA DE POLÍTICA TOTALMENTE DIFERENTE DAS QUE CONHECEMOS HOJE³.

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL, POR EXEMPLO, JÁ É RESPONSÁVEL POR ABRIR NOVAS POSSIBILIDADES PARA O ATIVISMO POLÍTICO E O ENGAJAMENTO NAS LUTAS SOCIAIS. APESAR DOS DESAFIOS QUE A ACOMPANHA, A INTERNET PERMITE MAIOR CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO E AUXILIA NA DIFUSÃO DE EXPERIÊNCIAS, MODELOS, VALORES E SIGNOS, CRIANDO ASSIM UM AMPLO HORIZONTE DE TRANSFORMAÇÃO SIMBÓLICA E SOCIAL⁴.

VULGUE O REGRESSO
ARTICULAÇÃO NACIONAL
DE MARCHAS DA MAÇONARIA

ATIVISMO SOBRE DROGAS NO BRASIL

É DIFÍCIL APONSTAR NA HISTÓRIA UMA DATA, GRUPO OU NOME QUE TENHA INICIADO REAÇÕES ÀS POLÍTICAS DE DROGAS VIGENTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO SEM COMETER NENHUMA INJUSTIÇA EM RELAÇÃO À MEMÓRIA DE TANTAS PESSOAS. CONTUDO, É POSSÍVEL AFIRMAR QUE A MARCHA DA MACONHA É A PRINCIPAL ORGANIZAÇÃO QUE REALIZA ESTE TRABALHO ATUALMENTE.

A MARCHA DA MACONHA, CUJA PRINCIPAL DEMANDA É A DESCRIMINALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE TODAS AS DROGAS, É UMA DAS CONEXÕES MAIS IMPORTANTES NA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO BRASILEIRO E A SOCIEDADE CIVIL NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE DROGAS AO REPRESENTAR UMA SÉRIE DE PAUTAS, ATORES E VISÕES DE MUNDO QUE INTERAGEM EM SEU DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO².

ORGANIZADO DE FORMA HORIZONTAL E DESCENTRALIZADA, A MARCHA DA MACONHA TEVE SUA PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO REALIZADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 2007. EM 2023 FORAM FEITAS 38 MARCHAS AO REDOR DO PAÍS.

O CRESCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA MARCHA DA MACONHA JUNTO A NACIONALIZAÇÃO DAS SUAS MANIFESTAÇÕES SÃO CONSEQUÊNCIAS DA IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE COM AS PAUTAS PROPOSTAS PELO MOVIMENTO QUE ATINGEM NÃO SÓ AS DROGAS, COMO TAMBÉM A SAÚDE, SEGURANÇA, LIBERDADES INDIVIDUAIS, ENTRE OUTRAS.

COMO A MARCHA ATUA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

“COMO MOVIMENTO SOCIAL, A MARCHA CONTRIBUI PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PRINCIPALMENTE DE PESSOAS USUÁRIAS, MAS NÃO SÓ DELAS. A PARTIR DO MOVIMENTO, A CIDADINHA CARVALHO, POR EXEMPLO, CRIOU A CULTIVE, ASSOCIAÇÃO QUE HOJE FAZ PARTE DO GRUPO DE TRABALHO DAS POLÍTICAS ESTADUAIS SOBRE MACONHA NO SUS. A MARCHA DA MACONHA PROPÕE A ORGANIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE IDEAIS A PARTIR DE UMA VISÃO DESCENTRALIZADA, HORIZONTAL, APARTIDÁRIA E FEMINISTA. ESSA CONSTRUÇÃO POPULAR FEITA NAS RUAS SE OPÕE AO ESVAZIAMENTO POLÍTICO COLOCADO PARA A PAUTA, TRAZENDO PARA A JUVENTUDE LETRAMENTO SOBRE CONCEITOS FUNDAMENTAIS COMO RAÇA, GÊNERO E CLASSE, VIDE O EXEMPLO DAS MARCHAS PERIFÉRICAS.” DESTACA DIVA SATIVA, ATIVISTA DA MARCHA DA MACONHA DE SÃO PAULO.

NESSE SENTIDO, DIANTE DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL, A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA INTERNET E A URGÊNCIA DE MUDANÇAS EM PAUTAS QUE SE RELACIONAM COM A QUESTÃO, É POSSÍVEL QUE MOVIMENTOS SOCIAIS COM O OBJETIVO DE TRANSFORMAR ESSE CENÁRIO GANHEM CADA VEZ MAIS FORÇA PARA PROMOVER UMA PRIMAVERA, TERMO UTILIZADO PARA NOMEAR MOVIMENTOS POPULARES QUE IMPACTARAM E ALTERARAM AS ESTRUTURAS DE SUAS ÉPOCAS, EM RELAÇÃO ÀS DROGAS E CONSEQUENTEMENTE OUTRAS ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO.

BOLANDO UM FUTURO SEM GUERRA. ACENDA A REVOLTA!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ SCHERER-WARREN, ILSE. DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ÀS MANIFESTAÇÕES DE RUAS: O ATIVISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI. *POLÍTICA & SOCIEDADE*, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014.

² GOHN, MARIA DA GLÓRIA. MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

³ TILLY, CHARLES. MOVIMENTOS SOCIAIS COMO POLÍTICA. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, n. 3, p. 133-160, 2010.

⁴ MACHADO, JORGE ALBERTO S. ATIVISMO EM REDE E CONEXÕES IDENTITÁRIAS: NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS. *SOCIOLOGIAS*, p. 248-265, 2007.

⁵ SOUZA, WANDERSON FELÍCIO DE; VALIENGO, CAIO BECSI; CEZAR, IRINA FRARE. DISPUTAS SIMBÓLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: O CASO DA MARCHA DA MACONHA. IN: I ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2015.

VAMOS FALAR SOBRE DIREITOS HUMANOS?

DEFINIÇÃO

OS DIREITOS HUMANOS, SEGUNDO A UNICEF¹, SÃO NORMAS QUE RECONHECEM E PROTEGEM A DIGNIDADE DE TODOS OS SERES HUMANOS, REGENDO O MODO COMO INDIVIDUALMENTE VIVEM EM SOCIEDADE E ENTRE SI, BEM COMO SUA RELAÇÃO COM O ESTADO E AS OBRIGAÇÕES QUE O ESTADO TEM EM RELAÇÃO A ELAS.

CATEGORIZADOS COMO DIREITOS BÁSICOS E INALIENÁVEIS, FORAM OFICIALIZADOS INTERNACIONALMENTE EM 1948, APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS EM ASSEMBLEIA REALIZADA PELA ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS) COMO RESPOSTAS AOS CRIMES HUMANITÁRIOS COMETIDOS PELO FASCISMO E O NAZISMO.

NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ASSEGURA ESSES MESMOS DIREITOS. UM BOM EXEMPLO QUE DEMONSTRA A IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA, MANUTENÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODA E QUALQUER SOCIEDADE ESTÁ NOS ARTIGOS 3 E 4 DA DECLARAÇÃO:

ARTIGO 3

TUDO SER HUMANO TEM DIREITO À VIDA, À LIBERDADE E À SEGURANÇA PESSOAL.

ARTIGO 4

NINGUÉM SERÁ MANTIDO EM ESCRAVIDÃO OU SERVIDÃO; A ESCRAVIDÃO E O TRÁFICO DE ESCRAVOS SERÃO PROIBIDOS EM TODAS AS SUAS FORMAS. ²

MAS APESAR DE SEREM GARANTIAS COLETIVAS CONQUISTADAS, DE DIGNIDADE E RESPEITO À VIDA, OS DIREITOS HUMANOS PASSARAM DE CONSENSO NO DEBATE PÚBLICO PARA ALVO DE ATAQUES DE CORRENTES IDEOLÓGICAS MUNDO AFORA, QUE TENTAM RETIRAR DO ESTADO A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER PESSOAS, PRINCIPALMENTE AQUELAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA DE DROGAS

DENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PODEM CAUSAR VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS, A POLÍTICA DE DROGAS CERTAMENTE É UMA DAS QUE MAIS CAUSA IMPACTOS NESSE SENTIDO.

ATUANDO A PARTIR DO PROIBICIONISMO E OPRESSÃO, USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS SÃO COLOCADOS À MARGEM DA SOCIEDADE E LIDOS COMO PESSOAS MENOS DIGNAS DE TAIS DIREITOS.

LOGO, AQUELES QUE DESENVOLVEM TRANSTORNO POR USO ABUSIVO DE DROGAS, INCLUINDO O ÁLCOOL, ESTÃO MAIS SUSCETÍVEIS A VIOLÊNCIAS E SITUAÇÕES QUE COLOCAM EM RISCO SUA INTEGRIDADE E DIGNIDADE, AO TEREM A SUA CIDADANIA NEGLIGENCIADA.

É PERCEBIDO QUE A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI, SE FAZ NECESSÁRIA A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS AFETADAS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PRINCIPALMENTE DAS REGIÕES PERIFÉRICAS, EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL COMO OS CONSELHOS GESTORES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

O FÓRUM INTERSETORIAL SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS (FIDDH) É UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO ENTRE PESSOAS USUÁRIAS, TRABALHADORAS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DEMAIS ATRIZES E ATORES COM INTERESSE NAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DE DANOS.

NESSE SENTIDO, COM O OBJETIVO DE MOBILIZAR UMA REDE DE PESSOAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES COLETIVAS QUE CORROBREM PARA A ANÁLISE DA POLÍTICA SOBRE DROGAS IMPLANTADAS, ASSIM COMO A IDENTIFICAÇÃO DO ACESSO ÀS POLÍTICAS RELACIONADAS AOS DIREITOS HUMANOS, REDUÇÃO DE DANOS E PREVENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS/HIV/AIDS, O FÓRUM INTERSETORIAL SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS VOLTOU A SER REALIZADO EM 2024, APÓS UM PERÍODO DE PAUSA DEVIDO A PANDEMIA DE COVID-19.

NESTA NOVA ETAPA DO FIDDH, O OBJETIVO É ARTICULAR A DISCUSSÃO ACERCA DA PREVENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST), HIV/AIDS, HEPATITES VIRAIS E O CUIDADO EM SAÚDE PARA PESSOAS QUE USAM DROGAS, FUNDAMENTADO NA REDUÇÃO DE DANOS, A PARTIR DE ESPAÇOS JÁ EXISTENTES. O FOCO ESTÁ EM AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS FORMAIS ONDE AS POLÍTICAS SÃO DEBATIDAS, COMO OS CONSELHOS DE DIREITOS, MAS PRINCIPALMENTE EM FORTALECER E MOBILIZAR UMA REDE DE PESSOAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES COLETIVAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS IMPLEMENTADAS E A IDENTIFICAÇÃO DO ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO ÀS IST/HIV/AIDS. ALÉM DISSO, REALIZARÃO O MONITORAMENTO E PROPORÃO AÇÕES DE INCIDÊNCIA POLÍTICA PARA A SOCIEDADE CIVIL NOS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A TEMÁTICA DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ESPECIFICAMENTE ÀS POPULAÇÕES PRIORITÁRIAS, COMO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

VALE LEMBRAR QUE O FIDDH É ORGANIZADO PELO CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI E FINANCIADO A PARTIR DE EMENDAS PARLAMENTARES, OU SEJA, RECURSOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO LEGALMENTE DESTINADOS A INICIATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO, QUE PODEM SER FEITAS PELA SOCIEDADE CIVIL, COMO É O CASO DO FÓRUM.

NESSE SENTIDO, A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, JUNTAMENTE COM PESSOAS TRABALHADORAS, USUÁRIAS DOS SERVIÇOS E BENEFICIÁRIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, TEM INICIALMENTE O DEVER, MAS TAMBÉM O DIREITO, DE APRESENTAR AO PODER PÚBLICO SUAS DEMANDAS, COMO ACESSO À SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER, ESPORTE E DIREITO À CIDADE, ENTRE OUTRAS POLÍTICAS QUE SÃO NECESSÁRIAS EM SEUS TERRITÓRIOS. NA ATUALIDADE, A DISCUSSÃO ABORDA A POLÍTICA DE CUIDADO EM SAÚDE SOB A ÓTICA DA REDUÇÃO DE DANOS NAS ESFERAS DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, DAS ISTS E DA SAÚDE MENTAL, FORTALECENDO O PROTAGONISMO DAS PESSOAS PARTICIPANTES DESSE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E TRAZENDO AS DEMANDAS DAS PESSOAS E DAS REDES LOCAIS PARA APONTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NECESSÁRIAS PARA ESSA REGIÃO.

¹ O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? UNICEF, 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.UNICEF.ORG/BRAZIL/O-QUE-SAO-DIREITOS-HUMANOS#:~:TEXT=OS%20DIREITOS%20HUMANOS%20S%C3%A3O%20NO RMAS,TEM%20EM%20RELA%C3%A7%C3%A3O%20A%20ELES](https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos#:~:text=OS%20DIREITOS%20HUMANOS%20S%C3%A3O%20NO RMAS,tem%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20eles).

² ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS" (217 [III] A). PARIS.

O É DE LEI TÁ DE CASA NOVA!



O É de Lei é considerado o primeiro Centro de Convivência para pessoas usuárias de drogas no Brasil. Nós atuamos enquanto sociedade civil desde 1998 na promoção da redução de riscos e danos, sociais e à saúde, associados à política de drogas.

Nosso Centro de Convivência é um espaço de interação social que propicia a reflexão sobre política e uso de drogas, promove autocuidado com a saúde, autonomia e cidadania.

A proposta da "Convivência", enquanto um serviço de baixa exigência, é de um espaço democrático, aberto a todes, todos e todas, no qual predominam regras mínimas de respeito e sociabilidade.

**Rua Lettiere, 65
Bela Vista/SP**

Realizamos rodas de conversa, oficinas preventivas que incluem a distribuição de materiais informativos e insumos. Entre atividades estruturadas e momentos "livres" de interação espontânea, a convivência é um espaço em que as trocas se dão respeitando o tempo de cada pessoa. Nele, é possível pedir ajuda em um encaminhamento ou orientação para acessar serviços públicos de saúde e assistência, por exemplo, acessar computadores, ouvir música, jogar dominó, baralho, ou simplesmente tomar um café e conviver com as demais pessoas.

Em maio, inauguramos nossa nova sede! É só chegar. Abrimos todas as segundas-feiras, das 13h30 às 17h.

ONDE FICA?

Rua Lettiere, 65 – Bela Vista/SP

**PERTO DO METRÔ
SÃO JOAQUIM
LINHA AZUL**

**NOS SIGA NO INSTAGRAM!
E SAIBA MAIS!**





KAMAH ENTREVISTA: RENATO FILEV

Batemos um papo com Renato Filev, que é pai, pesquisador e ativista antiproibicionista, tendo participado da criação da Marcha da Maconha de São Paulo. Nascido na cidade, é formado em ciências biológicas com pós-graduação em neurociência e psiquiatria.

A Marcha da Maconha

Essa história começou para mim lá em 2005. Eu fazia parte de um fórum voltado para cultivo, o GrowRoom, que na época tinha uma aba que chamava Cannabis Livre. Dentro dela, existiam salas nas quais a gente discutia sobre temas específicos da legalização, pautando como poderíamos fazer para legalizar a maconha no Brasil. No mesmo período, começou a chegar anúncios da Marcha Global da Maconha, agitando ainda mais os ânimos.

Passados dois anos, em 2007, o pessoal do Rio de Janeiro conseguiu organizar a primeira Marcha da Maconha no país e decidimos fazer o mesmo em São Paulo no ano seguinte. O primeiro encontro de organização foi dentro de uma universidade, formado basicamente por usuários inconformados do fórum.

Começamos atuando por meio de ações diretas na rua, em locais estratégicos para chamar atenção e conseguir disputar a opinião pública sobre o tema. Porém, no dia anterior ao ato recebemos um ofício proibindo a manifestação com a justificativa de que o movimento era uma apologia ao crime e ao criminoso. A mesma coisa aconteceu em 2009, apesar dos nossos esforços.

Entretanto, foi nesse ano que as coisas começaram a mudar. Entendemos que era hora da Marcha se estruturar como movimento social autônomo com princípios bem estabelecidos. Nesse sentido, surgiu o Coletivo D.A.R (Desentorpecendo A Razão) que ajudou na estruturação e fez com que o ato reunisse 500 pessoas no Parque Ibirapuera em 2010.

Na ocasião um manifestante acabou sendo detido simplesmente por portar um cartaz com os dizeres "Não planto, não vendo, não compro, não condeno, legalize já!". Esse acontecimento foi importante para entendermos como coletivo que era hora de subir para a principal avenida da cidade, a Avenida Paulista.

Chegamos em 2011 com a ideia de negociar com a polícia o que seria permitido ou não durante o ato. Depois da conversa, cobrimos com fita qualquer referência a planta nas roupas e ficou combinado de não entoarmos gritos com a palavra maconha, substituindo-a por pamonha. Assim que começamos a marchar, fomos atingidos por balas de borracha e cassetetes pelas costas.

Quem estava lá foi brutalmente agredido pela polícia, muita gente se machucou ou teve ferimentos graves. Naquela época, as pessoas ainda se preocupavam com as liberdades individuais ou violência policial. Um fotógrafo da Folha que estava fazendo a cobertura também foi agredido e isso impulsionou a exposição do caso na mídia.

Toda essa comoção acabou resultando nas Marchas da Liberdade e ainda no mesmo ano o STF liberou a realização das Marchas da Maconha em todo o país, garantindo assim os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão.

Depois desse começo difícil e turbulento, a organização da Marcha e os atos foram crescendo ano após ano, deixando de ser um movimento universitário composto por pessoas privilegiadas para se tornar um movimento diverso.

Olhando para trás, acredito que a criação do Coletivo D.A.R e do Bloco Feminista, a divisão da organização em diferentes alas e o surgimento das marchas periféricas foram estratégias fundamentais que levaram a descentralização da Marcha da Maconha de São Paulo e fizeram com que mais pessoas se identificassem com o movimento, aumentando seu tamanho e representatividade.

Desafios do Caminho e Percepções Para o Futuro

Inicialmente, creio ser relevante falar que há 16 anos a opinião pública era ainda menor a nosso favor. Um levantamento recente disse que 25% dos brasileiros são contra criminalizar o uso pessoal, e considerando que os usuários de drogas ilícitas são uma pequena minoria, é relevante ter ¼ da população pensando dessa maneira. Inclusive, li um estudo de psicologia que afirma que o ponto de mudança de uma opinião social é quando tem exatamente essa proporção de pessoas falando sobre ela.

Falando sobre os desafios, entendo que nossa ousadia ajudou a superar boa parte deles. Como sempre sofremos perseguição por parte da polícia, a própria forma descentralizada e autônoma que a Marcha atua foi uma resposta para evitar maiores problemas, além de ser um fator determinante para decidirmos tudo através de consensos, como um organismo único que hoje é o maior e mais consistente ato de rua do Brasil ao longo dos anos.

Na perspectiva da política institucional vemos que a onda conservadora que atinge o país atualmente faz com que a pauta das drogas retroceda, sendo atacada por figuras de extrema direita que utilizam de discursos distorcidos da realidade para chamar atenção e ganhar espaço.

Já num contexto e período mais amplo, considero que tivemos avanços. Antigamente não tínhamos nem segurança jurídica pra falar sobre o tema, muito menos pra realizar o ato. No dia da manifestação você tinha que chegar de canto, disfarçando que estava indo pra lá.

Sobre minhas perspectivas para o futuro, sabemos que o Brasil avança de maneira conservadora em tudo desde a sua independência e com as drogas não será diferente. Por outro lado, percebo que o movimento ganhou muita força e a maior delas, a diversidade, sensibiliza e ajuda a trazer parte da opinião pública ao nosso favor.

Nesse sentido, acredito que luta deve seguir os princípios de ser anticapitalista e antiproibicionista (contra a proibição de todas as drogas), atuando a partir da perspectiva dos direitos humanos e da justiça social.

Apesar de todos os desafios, vejo que a Marcha da Maconha tem cumprido seu papel de propor um futuro hoje distante, quase utópico. Como movimento social temos que esgarçar as fronteiras da realidade. Existimos para tensionar, nutrir novas utopias, novas práticas de realidade, de vida, de existência. Não estamos aqui pra fazer política institucional, negociar o mínimo, falar o óbvio. A gente quer mais, a gente quer tudo.

Nós, como sociedade civil, temos o poder de canalizar e acelerar agendas, e considero que a Marcha foi fundamental para as conquistas que tivemos até agora. Toda pessoa que acredita em uma nova política de drogas pode conversar com quem está ao seu redor e expor argumentos que sejam capazes de trazê-las a favor dessa causa, pois é possível pensar em uma narrativa que coloque o uso social de drogas hoje ilícitas no mesmo lugar das lícitas, para além de toda a questão do uso medicinal.





KAMAH
ZIME

TRIP CÂNABICA EM BARCELONA?

@girlseeds

@girlseeds.club

VEM PRO



Girls
Seeds
SOCIAL CLUB



Entrada
gratuita

Av. Meridiana,
632, Barcelona

All Are
Welcome

Apresente
essa edição
da Kamah
Zine e ganhe
um brinde
do nosso
staff



+18

CASA 93



@casa93_

COM DIFERENTES AMBIENTES, REUNIMOS NO MESMO ESPAÇO BAR, HEAD SHOP, BARBEARIA, LOJA DE ROUPAS E ESTÚDIO DE TATUAGEM, TUDO PENSADO NOS MÍNIMOS DETALHES PARA PROPORCIONAR A MELHOR EXPERIÊNCIA E FAZER VOCÊ SE SENTIR EM CASA, LITERALMENTE.

VENHA NOS VISITAR, APRESENTE ESSA EDIÇÃO DA REVISTA E GANHE 10% DE DESCONTO PARA USAR COMO QUISER!

R. DR. EDUARDO MONTEIRO, 158 - JARDIM BELA VISTA, SANTO ANDRÉ



Alerta Inovação!

CannaDocs: Sua Fonte de Ciência sobre Cannabis Medicinal.

Se você é alguém que precisa encontrar evidências científicas específicas sobre tratamentos com Cannabis Medicinal ou apenas curte se manter informado sobre saúde e bem-estar, prepare-se para conhecer a ferramenta que vai revolucionar sua busca por informações sobre Cannabis Medicinal. O CannaDocs é o seu guia definitivo no universo da ciência, tornando a jornada de descoberta muito mais simples, rápida e prática, sendo indicado para:

- Profissionais de Saúde que precisam para oferecer tratamentos inovadores e seguros.
- Pesquisadores e Cientistas para acessar os mais de 7300 artigos que abarcam 276 condições médicas à disposição.
- Estudantes e Acadêmicos.
- Pacientes e Cuidadores.
- Empreendedores.
- Advogados.

É ciência pura!

Estudos científicos são o que dão credibilidade e segurança ao uso medicinal da Cannabis, mostrando os efeitos, dosagens seguras, e como a planta interage com outros tratamentos. Sem essas evidências, tudo não passaria de achismos e o potencial terapêutico dela poderia ser ignorado.

Para quem quer saber de tudo, o CannaDocs é um verdadeiro tesouro! Dá só uma olhada nas funcionalidades:

- Filtros inteligentes para otimizar sua busca;
- Orientação Quimiotípica;
- Dashboard Visual;
- Resumo de Dosagem Clínica;
- Calculadora de Vaporização;

Se você quer fazer parte acesse o CannaDocs e descubra um mundo de evidências científicas sobre a Cannabis.

Vem com a gente!



NAVE NÉVOA

WEEDSHOP

A Nave Névoa Weed Shop é o 1º dispensário do Rio de Janeiro, localizado em Armação dos Búzios - cidade que é pioneira no Brasil quando se trata de cannabis medicinal, sendo o primeiro município do país a distribuir canabidiol pelo SUS e a promover um curso de autocultivo gratuito organizado pela prefeitura.



Na vastidão do cenário canábico brasileiro, aterrissamos na busca de diálogo e conhecimento por essa galáxia. Nos tornando mais do que uma simples voz, somos uma comunidade acolhedora para pacientes, usuários e líderes que desejam explorar todos os aspectos da cannabis.

NOSSA MISSÃO É CLARA: AMPLIAR O DEBATE, TORNÁ-LO PÚBLICO E TRANSFORMAR O MUNDO.



Em nossa Nave, os princípios fundamentais são simples, mas poderosos: acolhimento, debate e a ousadia de quebrar tabus. Entendemos as batalhas enfrentadas por pacientes e usuários, e, por isso, oferecemos um refúgio seguro, livre de julgamentos, no qual compartilhar experiências, obter apoio e informações confiáveis é mais do que um direito, é uma garantia.

Com o objetivo de quebrar estigmas e preconceitos que envolvem a utilização da planta, nosso espaço é o local onde a cultura canábica se funde com o ARTivismo, oferecendo entretenimento gratuito de qualidade e os melhores produtos lícitos do mercado brasileiro.

Dentro da Nave Névoa, você pode encontrar tudo que precisa para seu consumo recreativo/social e também para seu cultivo. E pra quem quer ser paciente legal de cannabis, a NaveMed é nosso serviço que te conecta a profissionais especialistas no uso medicinal da planta.



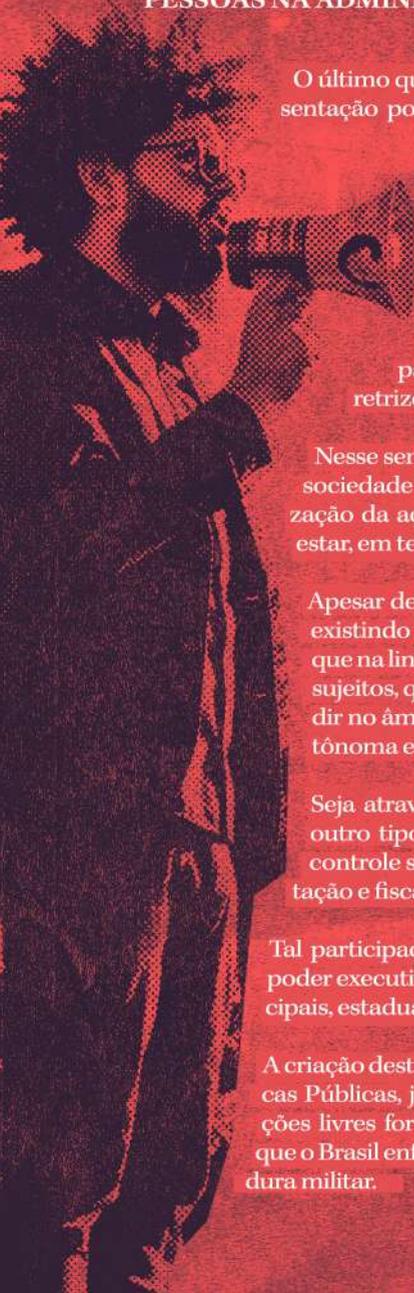
Embarque conosco nessa jornada pela Galáxia Verde! Escaneie o código e conheça mais sobre nós.

#ONOMEDANAVEÉNÉVOA



O PAPEL DA SOCIEDADE PARA UMA NOVA POLÍTICA DE DROGAS

TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS POLÍTICOS AO REDOR DO MUNDO TÊM GERADO NOVAS PERSPECTIVAS PARA A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.



O último quarto do século XX trouxe mudanças profundas para a representação política no Brasil, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse marco, que garantiu o princípio de participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal, através do chamado controle social.

Parte fundamental para o entendimento da organização política do Estado brasileiro, o controle social é o papel exercido pela sociedade e sociedade civil através da participação social, no acompanhamento e fiscalização das diretrizes, ações, gestão e utilização dos recursos públicos.

Nesse sentido, não só no Brasil como em outros contextos, a chamada sociedade civil passa a dialogar com o Estado como agente de racionalização da ação pública e de democratização das decisões políticas por estar, em teoria, guiada pelo diálogo com a população¹.

Apesar de o conceito de sociedade civil ser relativamente recente, não existindo um consenso que oriente uma definição única, pode-se dizer que na linha das ciências sociais, sociedade civil se refere a um grupo de sujeitos, que na prática de sua cidadania, desenvolvem ações para incidir no âmbito público, se organizando voluntariamente e de forma autônoma em relação ao Estado.

Seja através de movimentos sociais, instituições cívicas ou qualquer outro tipo de organização voluntária, a sociedade civil, por meio do controle social, pode participar do processo de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas via conselhos ou comitês².

Tal participação pode ser compreendida como a participação social no poder executivo, enquanto no poder legislativo se resume às eleições municipais, estaduais e federais, e no judiciário em casos de júri popular.

A criação destes conselhos, conhecidos como Conselhos Gestores de Políticas Públicas, junto ao reestabelecimento da democracia formal com eleições livres foram marcos importantes no processo de redemocratização que o Brasil enfrentou³ na segunda metade dos anos 80 após 21 anos de ditadura militar.

Reconhecendo a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas, os conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país, retratando uma nova forma de expressão de interesses e de representação de demandas e atores junto ao Estado⁴.

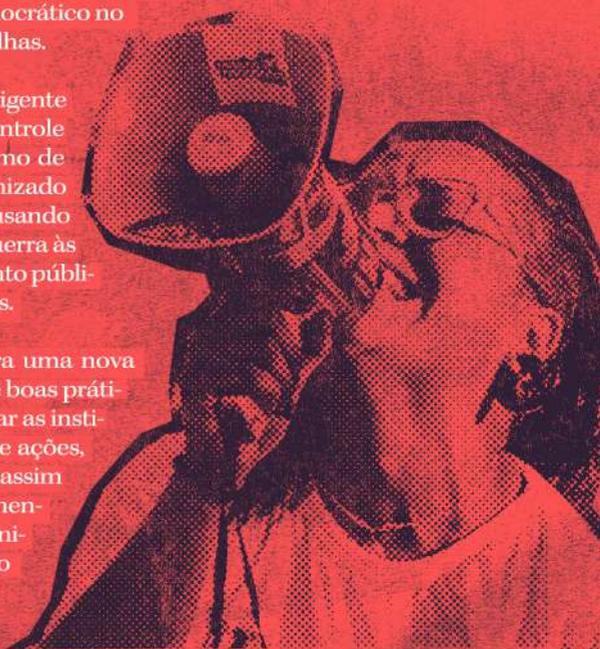
No campo das políticas sobre drogas, os conselhos existentes se organizam no âmbito municipal, estadual e nacional. Nesse sentido, entidades da sociedade civil são eleitas para representar a população nas discussões acerca deste tema.

Ainda assim, em um recorte mais atual, um debate de visões distintas sobre os mecanismos de controle social nas figuras de conselhos e comitês colocam a relevância deles em cheque. Enquanto uma linha defende que estes espaços devem ser abandonados pelos movimentos sociais por estarem totalmente capturados pelo Estado, outra julga que tais espaços devem ser tensionados e ocupados pelos mesmos movimentos sociais, apesar de reconhecer seus limites⁵.

Apesar disso, considerando que o conceito de democracia pode ser entendido como o exercício do poder político pelo povo, as formas de participação social e os mecanismos de controle social implementados no Brasil são pilares que fortalecem e aprofundam o sistema democrático no país, mesmo que apresentem diversas falhas.

Tendo em vista que a política de drogas vigente no Brasil não se mostra eficiente no controle da circulação, conscientização e consumo de substâncias, no combate ao crime organizado e na proteção aos direitos humanos, causando prejuízos na vida e territórios alvos da guerra às drogas utilizando altas cifras do orçamento público, novos caminhos se mostram urgentes.

Sendo assim, o papel da sociedade para uma nova política de drogas que vá ao encontro de boas práticas, é o de acompanhar, fiscalizar e cobrar as instituições públicas por melhores políticas e ações, seja na figura de sociedade civil ou não, assim como eleger representantes ideologicamente alinhados a questão. Ademais, a organização autônoma e o compartilhamento de informação também podem colaborar para tal objetivo.



⁴ LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 49-103, 2006.

⁵ Participação Social, uma evolução da democracia em benefício de todos! Ministério do Desenvolvimento Social, 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informe_controle_social/Informe%2013.pdf

⁶ DAGNINO, Evelina. ¿ Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. 2004.

⁷ DA SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo, v. 1, p. 373-407, 2005.

⁸ BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. Serviço Social & Sociedade, p. 126-150, 2012.



Com um crescimento de 92% no faturamento de mercado e de 130% no número de pacientes no ano de 2023 em comparação a 2022, segundo dados divulgados pela Kaya Mind no Anuário da Cannabis Medicinal no Brasil, o uso terapêutico da planta é uma realidade em território nacional.

No mesmo período, mais de 400 mil pacientes se beneficiaram da utilização da maconha para as mais diversas condições e a tendência é de aumento para este ano. Contudo, o cenário atual só é possível graças ao empenho de muita gente que atua na vanguarda pela regulamentação da Cannabis no Brasil.

O acesso a medicamentos feitos à base da planta deu um passo importante em 2014, quando ações individuais reivindicaram na justiça que a Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, liberasse a sua importação. Contudo, dez anos após a resolução, os desafios de outrora ainda são praticamente os mesmos.

A pressão da indústria farmacêutica, que vê seus lucros e monopólios ameaçados com possíveis avanços no acesso ao tratamento com Cannabis, junto a posicionamentos anticientíficos dos conselhos de medicina brasileiros, resultam num maior custo de parte dos produtos, assim como um pequeno número de médicos prescritores.

Esse contexto aumenta ainda mais o tabu em relação a planta, reforçando o quadro atual de baixa acessibilidade a sua medicina e distanciando a maior parte dos brasileiros de usufruírem dos benefícios do uso terapêutico da Cannabis, que pode trazer resultados mais eficazes comparado a tratamentos com medicações alopáticas, além de não causar efeitos colaterais.

É por isso que nós da Terracannabis, temos como pilar a acessibilidade a produtos de alta qualidade, com preços acessíveis a maioria da população, que pode também interpelar para que planos de saúde ou até mesmo o Estado arquem com os custos do tratamento.

Com o princípio de responsabilidade às pessoas e a mãe natureza, estamos comprometidos com a plena descriminalização, regulamentação e legalização desta planta, prezando assim pela vida, saúde e bem-estar do todo.



Conheça a Terracannabis e comece a sua jornada para um bem-estar elevado com a gente!



SEYVA
TECH



ThinkGrow

SELIWORKS

ATHENA

TrolMaster

TWISTER

DOSATRON

ATHENA



O programa Athena foi criado a partir da necessidade dos cultivadores de terem produtos específicos para cannabis, baseados em dados e fáceis de usar, que impulsionem o sucesso, seja para uma única luz ou milhares.

Nosso objetivo é combater a desinformação e compartilhar conhecimento real, processos e dados, com base no que vemos em nossas salas de cultivo.

**ATHENA NÃO É UMA LINHA DE NUTRIENTES,
É UM PROGRAMA.**

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Fórmula superlimpa, sem partículas ou resíduos.

Análise mineral consistente e confiável.

Simplifica o fluxo de trabalho de irrigação.

Fórmula 100% completa que não necessita de aditivos adicionais.

Funciona também em artoponia / Clones

Ajuda a remover e reduzir biofilme.

Ingredientes limpos com teor extremamente baixo de metais pesados.

Processo de purificação e filtragem em 7 etapas.

Pode ser usado com todas as fontes de água

Aditivos mínimos (CaMg, PK).

An aerial photograph of a densely populated city, likely São Paulo, Brazil. The image shows a vast expanse of high-rise apartment buildings and commercial structures. In the center, there is a prominent green park area with trees and some lower-rise buildings. The sky is clear with a few clouds. The text 'SQUADA FUM' and 'SMOKING CULTURE' is overlaid on the lower part of the image, along with a QR code.

SQUADA FUM
SMOKING CULTURE



APOIADORES



accura

A ACCURA tem como missão dar apoio médico, jurídico, educacional e medicinal aos pacientes de cannabis terapêutica de forma acessível, personalizada e com qualidade. Agimos com transparência, integridade e responsabilidade para que a terapia canábica seja uma realidade legalmente segura no Brasil.



cannabiz

A Cannabiz, holding brasileira, oferece soluções completas em cannabis medicinal, abrangendo do cultivo à consultas médicas e pesquisas. Com modelos B2B, B2C e B2G, nossa missão é transformar o mundo por meio da cannabis. Liderando um mercado inovador na América Latina, integramos todas as áreas do setor, com foco no desenvolvimento sustentável e propósito claro.



Kanna: Cannabis from a new perspective!

Somos uma comunidade que incentiva práticas sustentáveis e de agricultura regenerativa através de uma plataforma descentralizada que audita a cadeia produtiva da cannabis. Os membros utilizam os tokens KNN (ativos negociados em corretoras de criptomoeda) para atuar no processo de validação das informações fornecidas pelos produtores, resultando em um certificado que confere confiabilidade e transparência para o mercado.



Moments

Após 6 anos de experiência com vendas na própria Headshop, uma dupla de haxixeiros viu a necessidade de um novo tabaco, diferentemente dos já existentes na época. Resolveram trazer um design moderno, embalagem compacta e com as características que um bom haxixeiro sempre procurou... fumo leve, orgânico e perfeito para misturas!



KANNAHSHOP

**FAÇA PARTE DA NOSSA KOMUNIDADE DE BENEFÍCIOS
PARA HEADSHOPS, TABACARIAS & GROWSHOPS**



**APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA
O QR CODE E ENTRE PARA O CLUBE!**

PURPLE FLY
headshop
@purpleflyog

puxa fumo
HEADSHOP
@puxafumohs

INDICA HEAD
HEADSHOP & PRESENTES
@indicativaheadshop2

SATIVA HEADSHOP
@boxs.headshop

May Flower
HEADSHOP
@mayflowerheadshop

Amsterdam
HEAD SHOP
@amsterdam_shopctba

CASA BLANCA
@casablanca.scs

DEPONTA
dP
HEMPSHOP
@deponta_

DA BRABA
HEADSHOP
@dabraba_headshop

AUWA
HEADSHOP
@auwaheadshop

Braza
HEADSHOP
@braza.headshop

DIBOA
@diboa

Namastey
@namasteyshop

DIVINA FUMACA
@suadivinafumaca

pito do pango
HEADSHOP
@pito.dopango

MARY JANE
HEADSHOP
@bancamaryjane

MANDOASSUM
@headshopmanoassum

Dona's majo
@donamajo

doende verde club
@doendeverde.club

TABACARIA RÊ
TABACUM SHOP
@rptabaca

PINEAPPLE
HEADSHOP
@pineappleheadshop

CUBANOS
@cubanos.co

PRETO VÊIO
BAR • COFFEE • HEADSHOP
@pretoveioheadshop

ICE-O-LATOR
HEADSHOP E TABACARIA
@iceolatorheadshop

CRITICAL
HEADSHOP
@criticalhs

BEMROOTS OFICIAL
@bemrootsocial_

Las Vegas
BARBEARIA E TABACARIA
@lasvegasbarbearia18

BUBBA
TABACARIA & HEADSHOP
@bubbaheadshop

GAIA
@gaia.tabacaria

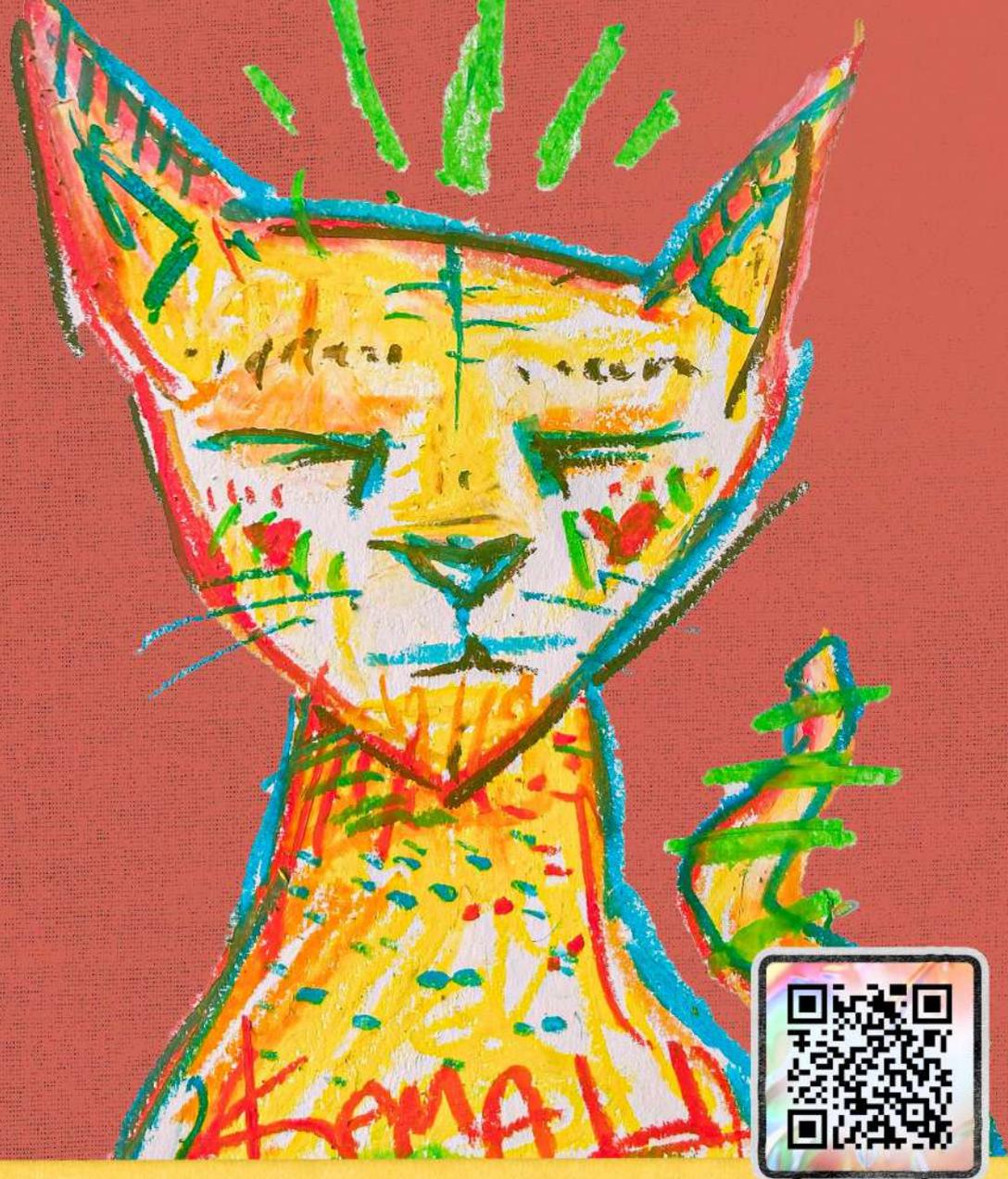
PIXINHO DOS CRIAS
@pixinhodoscrias

CASA CARAPIA
@casacarapia

SR. GREEN
HEADSHOP
BEST QUALITY
@sr.green_headshop

3's
HEADSHOP
@3sheadshop

Girl Kush
@girlkushshop



DISTRIBUA A KAMAH ZINE POR AÍ

VOCÊ PODE DISTRIBUIR NOSSA REVISTA EM SUA LOJA, EVENTO, ASSOCIAÇÃO, COLETIVO OU ONDE QUISER! PREENCHA O FORMULÁRIO APONTANDO A CÂMERA DO CELULAR PARA O CÓDIGO E AGUARDE O CONTATO DA NOSSA EQUIPE :)